

Tópicos para reflexão referente ao documento “Resumo sobre os principais pontos da proposta de criação da Nova Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão no Campus Luiz de Queiroz”

O presente texto busca trazer para reflexão alguns dos pontos apresentados no documento “Resumo sobre os principais pontos da proposta de criação da Nova Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão no Campus Luiz de Queiroz”. Não se trata de juízo de valor, mas fatos e argumentos que requerem maior debate em relação ao sensível tema de alterações na ESALQ e criação de novas unidades. Os comentários seguirão a sequência com que cada assunto surge no documento em análise.

- **Apresentação de quadro resumo**

A comunidade está tendo acesso apenas a um resumo da proposta. Não se sabe se pontos que constavam da proposta anterior estão mantidos (como “pleiteia-se que a reforma programada no Pavilhão de Engenharia contemple um espaço para a Diretoria da EEA-LQ nos padrões de qualidade que regem os prédios da ESALQ”) nem se algum outro ponto relevante que tenha sido inserido na nova proposta não esteja presente no resumo apresentado. Para análise e tomado de decisão é necessário se conhecer o documento completo, não apenas o resumo.

As implicações do que está em discussão são relevantes demais para serem apresentadas “de maneira sumariada”. Depois de tantos anos, com mudança significativa especialmente do corpo docente, deveria ocorrer um debate intenso, transparente e aberto envolvendo todas as partes interessadas. Justamente por ser um documento sumariado, tem surgido muitas dúvidas. Temos exemplos de pessoas tanto dentro quanto hoje externas à ESALQ que tem solicitado, de forma crescente, esclarecimentos sobre o que está ocorrendo, solicitando justamente maior transparência e debate sobre o assunto. Muitas dúvidas que já foram apresentadas à comissão, até o presente momento, não foram dirimidas.

- **Quanto aos membros do departamento inclusos na proposta**

A afirmação no documento em análise de que “... todos os membros do LES e suas atividades estão, em princípio, inclusos na proposta pois nenhum deles apresentou carta por escrito para retirar seu nome da mesma, conforme e-mail enviado pela Chefia do LES esta semana” sugere existência de consenso no departamento. A omissão das manifestações (no plural) de docentes que não se sentiam confortáveis em se manifestar, além daqueles que temem se expressar, explica o não atendimento do envio de manifestação nos termos impostos pela chefia do Departamento. Note que ao contrário do usual, quando ocorre manifestação para inclusão em uma proposta, a manifestação era para exclusão do nome compulsoriamente incluído em uma proposta desconhecida pelo próprio interessado. A versão atual – e apenas de um resumo – foi divulgada após o prazo dado para manifestação, o que impossibilitou julgamento mais abalizado. Além disso, o docente que não quisesse se unir à nova unidade deveria escolher outro departamento para o qual se transferir, quanto o desejo de muitos é a permanência no atual departamento em que já estão lotados. A não manifestação não significa que todos servidores serão transferidos para eventual nova unidade. Não há consenso entre os docentes com relação à nova proposta.

- **Preocupação com as áreas de economia, administração, sociologia e licenciatura**

Segundo o documento, a administração da ESALQ e seu plano de metas não precisaram mais tratar dos temas ligados às áreas de conhecimento abrigadas na nova unidade proposta. Na realidade, tratam-se de áreas de atribuição profissional, e a ESALQ deve estar sempre preocupada com a formação de seu egresso. Algumas coordenadorias de cursos, como de Engenharia Agrônômica e Ciências Biológicas, já se manifestaram preocupadas com os impactos da criação da nova unidade sobre seus cursos. Não há consenso de que “cursos de graduação da ESALQ nada têm a perder”. É estranho a proposta apresentar como vantagem para ESALQ não mais opinar sobre as áreas de Economia, Administração, Sociologia e Educação. Como uma importante área de concentração da engenharia agrônômica e licenciatura para três cursos da ESALQ deixarão ser alva de atenção da graduação da ESALQ? Caminharão à margem dos interesses, sem opiniões, da ESALQ?

Requer reflexão, também, frases como “espera-se manter a área de concentração em Economia como uma das mais ativas e demandadas pelos alunos do curso de Engenharia Agrônômica”. Qual a vantagem em abrir mão de algo que está bom para receber a promessa de uma tentativa de manter como já está? A vantagem seria melhorar o que já existe, e não criar dúvidas sobre o que hoje é uma realidade.

A Proposta Consolidada considera que 100% do quadro do LES (lembrando que na época da aprovação na Congregação havia, entre outros fatos, a premissa da criação do Departamento de Ciências Humanas e que a nova unidade estaria restrita às áreas de economia e administração) deve ser discutido com maior atenção. A transferência da área de educação e de extensão para Nova Unidade é fato novo e trará impacto para os cursos que permanecerão na ESALQ, como é o caso da extensão rural. Esses impactos precisam ser dimensionados e analisados, e não estavam à disposição para a análise da Congregação da ESALQ na proposta aprovada em 2013. É importante que a proposta faça referência não apenas às demandas futuras, mas também com as demandas atuais, como, por exemplo, a demanda por docentes para ministrar aulas de extensão rural e de Libras.

- **Infraestrutura e recursos orçamentários**

Em diversos pontos, fala-se que uma das vantagens para ESALQ seria maior disponibilidade de recursos para os departamentos. Por exemplo, consta na “carta” a seguinte passagem “os recursos de manutenção predial e de instalações da ESALQ não mais precisarão atender ao LES e poderão ser alocados aos demais 11 departamentos” e, também, em “a ESALQ não terá que alocar seus recursos para a manutenção predial das instalações da Nova Unidade”. Neste ponto, é importante verificar as normas definidas pela CODAGE – órgão que define a alocação dos recursos da USP – que são bastante claras. Veja no caso da manutenção predial:

“Dada a relevância e grandeza das despesas com a manutenção das edificações da Universidade, e a importância de garantir o gasto mínimo de manutenção, serão alocados a cada Unidade recursos proporcionais à sua área construída e levando-se em consideração a idade dos prédios, o tipo de construção, a intensidade de uso do edifício e a localização em áreas que demandam cuidados especiais” (grifo nosso).

Ou seja, com a perda das áreas para a nova unidade, haverá corte o orçamento da ESALQ, não sendo válida a argumentação presente no documento em análise.

Da mesma forma, requer maior reflexão a frase: “a ESALQ não terá perda de recursos do Tesouro, pois os recursos da Nova Unidade deverão vir do Orçamento Geral da USP a definir para o próximo ano”. Considerando que a USP não emite dinheiro, um novo item

no Orçamento Geral obrigatoriamente implica em corte em alguma outra rubrica. Em que se baseia a afirmação que seria cortado orçamento de outra unidade que não a ESALQ para atender à demanda da Nova Unidade? A ESALQ não seria impactada somente na hipótese, remota, de que alguma outra unidade altruisticamente se disponha a abrir mão de parte de seus recursos para que a nova unidade seja criada.

- **Melhora da média do IPA**

Consta no documento em análise a frase: “a ESALQ melhorará a média do seu IPA (índice de performance acadêmica)”. Embora conste como uma vantagem no documento, tal efeito não tem resultado prático nenhum. O IPA é uma medida interna da ESALQ e sua importância está na posição relativa de cada departamento e não no número absoluto. Não repercute fora da ESALQ. É como ordenar um grupo de pessoas pela altura. Retirar o mais baixo do grupo, eleva a altura média, mas não causa nenhum impacto no ordenamento.

- **Número de servidores docentes e não docentes e suas atividades**

A proposta apresenta que a nova unidade será composta por 47 docentes (100% do quadro do LES), dos quais 33 docentes ativos, 10 professores seniores e mais quatro docentes temporários. Cabe refletir se não é mais conveniente a análise da proposta basear-se apenas nos docentes ativos, desconsiderando temporários e seniores. Professores temporários podem ter contrato encerrado, sem a opção de renovação antes mesmo da eventual criação da Unidade, e professores seniores ministram número limitado de disciplinas e não podem exercer funções administrativas, de modo que considerá-los na proposta apenas infla o número de docentes, sem que isso efetivamente dimensione o real número de docentes em condições de atender às demandas acadêmicas e administrativas da possível nova Unidade.

Assumindo como verdadeira a repetida versão no documento em análise de que os diversos serviços da ESALQ terão redução na sua carga de trabalho, que não terão que atender à nova unidade, significa assumir como verdadeiro que a Nova Unidade conseguirá funcionar ser eficiente com 11 servidores não docentes para atender 47 docentes, uma relação de 0,23 não docente para cada docente. Este indicador requer uma análise criteriosa, pois nenhuma unidade da USP atinge essa proporção, nem se aproxima desse valor. A meta da USP é conseguir chegar à proporção de 1,5 não docente para cada docente (na ESALQ, por exemplo, a relação é superior a 2). Deve-se ponderar o fato da proposta prever que, diante do reduzido número de servidores, haveria diversos casos de desvio de função, criando um potencial e preocupante passivo trabalhista para USP.

A proposta fala em eventual compartilhamento de serviços com as unidades já existentes no Campus. Veja, por exemplo, o caso da Contabilidade. Diferentemente de serviços hoje já compartilhados, como Recursos Humanos, em que cada unidade cedeu servidores para execução das atividades compartilhadas, a Proposta Consolidada não informa de onde virão os servidores para executarem os serviços a serem compartilhados. A atual estrutura das unidades não apresenta ociosidade (muito ao contrário disso) para duplicarem serviços. Também não creio ser possível a um docente acumular as suas atividades de ensino pesquisa e extensão com as atividades de contador da Unidade. Para não me limitar ao caso da contabilidade, pode-se pensar na seção de compras. Pela Proposta Consolidada, fica claro que deve ter uma estrutura independente de compras (caso contrário não se justificariam os argumentos de deseconomia de escala ou limitações da Lei 8.666). Não vejo como os atuais servidores, além da elevada carga de trabalho que já

possuem hoje, poderiam acumular toda a carga de trabalho dessa nova estrutura. Por isso, é necessário melhor esclarecimento sobre como e com quais recursos ocorrerão as atividades, em especial, os eventuais compartilhamentos de serviços.

Ainda é importante realizar adequação à Portaria GR Nº 6959, de 18 de agosto de 2017, um dos fatos novos que surgiram desde 2013. Note, por exemplo, que cada divisão administrativa deve ter, no mínimo, 12 servidores. A Proposta Consolidada apresenta total de 11 servidores não docentes, número inferior, portanto, ao mínimo para apenas uma divisão. A proposta de compartilhamento de atividades não está clara. Usualmente compartilhamento se aplica a situações em que cada parte cede seus recursos para serem redistribuídos entre as outras. Por exemplo, o compartilhamento de RH no Campus ocorreu com as três unidades cedendo servidores para então ocorrer o compartilhamento. Pela proposta, a Nova Unidade não cederá nada. Situações como essa tem passado a imagem que a Nova Unidade ficará com os bônus do atual LES enquanto os ônus serão direcionados para ESALQ e demais unidades do Campus.

A proposta de que docentes possam assumir chefias de serviços não parece viável. Uma rápida avaliação das atividades hoje realizadas em turno completo pelas chefias de serviços permitem dizer que é inviável para um docente realiza-las apenas no período de tempo que sobrar ao docente após suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O mesmo vale para o tempo e carga de trabalho dos atuais servidores não docentes, que, sem abandonar as atividades atualmente realizadas (entendo que são necessárias e não serão descontinuadas), deverão assumir tarefas nas Assistência Acadêmica e Assistência Administrativa-Financeira.

- **Representatividade da ESALQ e do Campus Luiz de Queiroz**

O alegado aumento da representatividade no Campus no Conselho Universitário (CO) também requer maior análise. O aumento sugerido implica que o Campus passaria a deter 3% dos votos no Conselho Universitário. Talvez essa representatividade numérica não justifique a perda qualitativa, uma vez que a ESALQ ficará menor. Fazendo um paralelo, XV de Piracicaba tem a mesma quantidade de votos na Federação Paulista que Palmeiras e Corinthians, mas será que seu voto tem a mesma repercussão? Para reflexão: se dividir representasse mais poder, talvez a Escola Politécnica, a São Francisco, Medicina e FFLCH já teriam feito isso. Além disso, não há garantia que os votos da nova unidade estarão alinhados com os interesses da ESALQ.

- **Custos associados a criação da Nova Unidade**

Pelo exposto nos itens “Infraestrutura e recursos orçamentários” e “Número de servidores docentes e não docentes e suas atividades” no presente documento, sugere-se maior reflexão, verificando se o Valor de R\$ 11.796,00 não se encontra subestimado. Neste tópico, deve-se recordar que o documento prevê novo orçamento para infraestrutura (sem impactar ESALQ) e demais rubricas de gastos, além das despesas referentes aos cargos comissionados.

- **Outras questões para reflexão**

Há diversos outros pontos que não foram abordados no quadro resumo, mas que justificam maior reflexão. Por exemplo, não foi abordado como será a definição dos nomes dos grupos hoje vinculados ao LES e que hoje carregam o nome “ESALQ”, como são os casos de ESALQ Jr Economia e Administração, ESALQLOG e Markesalq. Não se sabe se esses grupos migrarão para a nova Unidade mantendo as atuais denominações.

Nessa hipótese, projetos e recursos serão atraídos para nova unidade em cima do nome da ESALQ que nada ganharia com isso.

Outro importante tópico que necessita de ampla reflexão reside no fato da proposta partir da premissa de extinção do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ. Tal extinção nunca foi proposta e, portanto, nunca aprovada pela Congregação. A documento em análise prevê a transferência de 100% do quadro de LES para nova unidade. Entretanto, nem todos servidores desejam sair da ESALQ para nova unidade. Diversos já se manifestaram nesse sentido. Por razões que não me compete julgar se justas ou não, vários servidores temem manifestar sua posição de forma pública sem terem a segurança de seu destino ou eventual consequência desagradável (repito, não julgo se estão com razão ou não, apenas relato a situação).

Cabe recordar a experiência da FGV. Tradicional e reconhecida por seus cursos de administração, privada e pública. Em 2003, a FGV criou a Escola de Economia e São Paulo (EESP) a partir do departamento de Planejamento e Análise Econômica da Escola de Administração de Empresas. Independente da criação da EESP, a Escola de Administração da FGV mantém até hoje, com sucesso, seu Departamento de Planejamento e Análise Econômica aplicados à Administração (PAE). Talvez um bom exemplo a ser seguido. De qualquer maneira, é essencial que seja apresentado, antes do “de acordo” de cada servidor, qual será seu destino caso não opte pela Nova Unidade. Ressalto que na proposta aprovada pela Congregação consta a criação da nova Unidade, mas não fala em extinção dentro da ESALQ do Departamento de Economia.

Outra informação importante é que, de acordo com Estatuto da Universidade de São Paulo, para ocorrer a extinção do Departamento é necessária aprovação de maioria absoluta de votos da Congregação (e posteriormente do Conselho Universitário). A transferência ou remoção (termo tecnicamente mais preciso) para outro departamento ou unidade pode ocorrer em duas situações: ex officio ou a pedido. Se não houver interesse do servidor em ser removido para Nova Unidade, restaria apenas a remoção ex officio. Há formalidades legais para que ocorra a remoção ex officio, que até o momento não foram apresentadas. Desta forma, não se justifica considerações sobre “transferência” automática do servidor, uma vez que já está lotado na ESALQ e não deseja alterar esta situação.